



## ENTREVISTA

## INTERVIEW

## ENTREVISTA

### MARCOS GARCIA NEIRA

Licenciado em Educação Física e Pedagogia, mestre e doutor em Educação com pós-doutorado em Educação Física e Currículo e Livre-Docência em Metodologia do Ensino de Educação Física. Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, onde atua nos cursos de graduação e Pós-graduação, orienta pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado e supervisiona pesquisas de pós-doutorado. É coordenador do Grupo de Pesquisas em Educação Física ([www.gpef.fe.usp.br](http://www.gpef.fe.usp.br)) e bolsista em produtividade em pesquisa do CNPq.





## **RIFP<sup>1</sup>: Qual o seu percurso formativo até tornar-se professor?**

**Pesquisador:** Sou o filho primogênito de uma família de galegos. Repetindo a sina de tantos conterrâneos, na década de 1950 meus pais viram-se obrigados a deixar a Espanha franquista devido à falta de perspectivas. No Brasil, empregaram-se na indústria e exerceram funções que não requisitavam conhecimentos técnicos. Na tentativa de garantir um futuro melhor aos filhos, eram muito exigentes com relação à escola e ao trabalho. Quando estava na 8ª série de uma escola municipal, aprendi datilografia e empreguei-me em um estabelecimento comercial.

Rapidamente compreendi o significado das exigências paternas. Embora fosse o mais jovem dos funcionários, em pouco tempo, lidava com a correspondência bancária, folhas de pagamento, faturas, orçamentos e toda a rotina de escritório. Algo que na época estava ao alcance dos poucos que conseguiram frequentar a escola. Naquelas condições e após um ano de preparação intensiva, ingressei em um colégio militar para obter o diploma do 2º grau. A dupla jornada (trabalhar durante o dia e estudar à noite) enfrentada pelos jovens do mesmo grupo social foi substituída pelo regime de internato num ambiente altamente competitivo e distante da família. Era o preço a pagar por uma formação que minha família julgava melhor. Naquela instituição centenária repleta de tradições, onde um bom desempenho acadêmico ou esportivo eram convertidos em regalias, aprendi o sentido da vida coletiva. Concluída essa etapa, retornei à São Paulo para frequentar a faculdade de Educação Física.

Já no primeiro ano do curso ingressei na profissão. Inversamente ao que acontece hoje, nos anos 1980 a rede pública expandia o atendimento e enfrentava uma enorme carência de professores. Bastava inscrever-se nas antigas delegacias de ensino. Assim, simultaneamente às aulas na universidade, atuava como professor temporário. Finalizado o curso, efetivei-me na mesma rede em que estudara quando criança. Passados alguns anos com jornada integral, retornei à universidade para cursar a Licenciatura em Pedagogia. Dera-me conta que o exercício da docência exigia conhecimentos bem mais amplos e complexos. O que eu sabia era insuficiente. Percebi que estava despreparado para realizar um bom trabalho com aquelas turmas repletas de crianças de várias origens e possuidoras de repertórios culturais muito distintos. À época, o fantasma do fracasso escolar assombrava a escola pública. Descontente

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada por Alexandre Shigunov Neto e Ivan Fortunato, editores da RIFP.



com a repetência em massa, estava em busca de algo que pudesse reverter aquele triste quadro.

Para além da esperada complementação, o curso de Pedagogia possibilitou-me conhecer com mais profundidade o fenômeno pedagógico e tomar contato com teorias e práticas que hoje julgo imprescindíveis a todos os professores. As chamadas ciências da educação, aliadas às metodologias de ensino, se mostraram instigantes e fundamentais para a realização de experiências no campo. Deixei de ser o professor voluntarioso e adotei uma postura comedida e fundamentada. Foram anos repletos de aprendizados e avalio positivamente os resultados alcançados junto às crianças, jovens e adultos com os quais trabalhava.

O convite para atuar como docente em um curso de extensão para professores da mesma rede de ensino deu-me a oportunidade de partilhar o que vinha fazendo e submetê-lo ao crivo dos meus colegas. A boa impressão que a experiência causou, me fez pensar em dar continuidade aos estudos e buscar a pós-graduação. Pensava que deveria validar com base em critérios científicos aquilo que realizava com meus alunos. Logo, durante o mestrado, comparei duas metodologias de ensino e, no doutorado, elaborei, executei e avaliei um programa de Educação Física em uma turma de alunos tida como difícil pela unidade. No ano seguinte à obtenção do título, deixei a docência na Educação Básica para dedicar-me exclusivamente ao Ensino Superior, pois havia ingressado como docente na Faculdade de Educação da USP, onde permaneço atuando na graduação e pós-graduação, realizando pesquisas e atividades de extensão.

**RIFP: Quais os maiores desafios cotidianos que os futuros docentes terão que enfrentar?**

**Pesquisador:** A sociedade contemporânea apresenta desafios para os quais a produção de conhecimentos tem buscado respostas. A globalização, a democratização das relações, o caráter multicultural da população escolar, a desigualdade, o desaparecimento de algumas profissões e o surgimento de outras obriga a todos aqueles que trabalham com educação a colocarem em xeque suas certezas. Estamos muito empenhados em entender este novo desenho social e redefinir a função da escola, sem saber ao certo como seremos nos próximos cinco ou dez anos. Há somente uma década atrás, quem poderia prever que uma parcela considerável dos alunos do ensino fundamental teria livre acesso à internet? Que a televisão



perderia o seu lugar de prestígio como fonte de informações? Que o preconceito de gênero, etnia, religião, entre outros, seriam debatidos cotidianamente nas escolas? Que um sem número de práticas sociais surgiriam e outras desapareceriam? Os futuros docentes precisam preparar-se para esse contexto de mudanças constantes, de fluidez e liquidez. É simplesmente impossível pensar em garantias, segurança, fórmulas ou procedimentos universais. Entretanto, é fundamental um bom conhecimento daquilo que já foi feito para que se possa partir de algo e arriscar com alguma margem de segurança. Explicando de outro modo: imagine-se alfabetizando crianças que desde bem pequenas interagem com aplicativos e conhecem a linguagem digital. Certamente, as propostas didáticas que hoje conhecemos não terão o mesmo resultado que tiveram no passado, mas são o ponto de partida para cada professor ou professora planejar as atividades de ensino para a sua sala de aula, dando-se o direito de realizar experiências, refletir sobre elas e prosseguir aprendendo.

Se pensarmos nos conteúdos a serem aprendidos, o raciocínio não pode ser o mesmo. Muito daquilo que nos foi ensinado, já não faz o menor sentido na sociedade atual. Os conhecimentos produzidos nos últimos anos nos obrigaram a rever teorias e explicações acerca dos fenômenos naturais, sociais e o uso das linguagens. Hoje sabemos que os saberes são invenções contextuais, produtos de determinadas relações. Independentemente da área de atuação, é fundamental que o educador ou educadora proporcione aos seus estudantes a compreensão desse mecanismo. Na atualidade, mais importante do que saber algo é saber analisar a informação disponível, identificar como foi produzida e a quem interessa a sua disseminação. Não é por acaso que o debate curricular, independentemente do nível de ensino, está na ordem do dia. A discussão a respeito dos currículos precisa se fazer presente em todos os cursos de formação de professores. Precisamos combater com todas as forças a ideia de que poucos, quase sempre distantes das escolas e das pessoas que as frequentam, estão habilitados a dizer o que muitos devem aprender. Nos tempos em que vivemos não há conhecimentos melhores e piores, não há uma verdadeira cultura que todos devam apropriar-se para viver em sociedade. Há culturas e todas são dignas.



## **RIFP: É possível afirmar que a profissão docente é desvalorizada? O que fazer para mudar tal panorama?**

**Pesquisador:** Vejo essa afirmação como uma assertiva. Julgam-na verdadeira mas o que acontece é exatamente o oposto. O que está desvalorizada é a docência como preceptorado, como alguém que ficará à frente da classe anunciando doutrinas sem qualquer questionamento. Por outro lado, a noção de docência baseada no reconhecimento das diferenças, no intercâmbio de conhecimentos e significados, em que se aceita o desafio de construir junto com a turma um percurso singular, além de necessária, é exaustivamente aclamada. A relevância da profissão e da escola é lembrada e exaltada todos os dias nas conversas entre amigos e nas mídias, mas a ausência de políticas públicas que tornem o magistério uma profissão atrativa (melhores salários, boas condições de trabalho, plano de carreira etc.) acaba por minar projetos e sonhos de muitas pessoas. Apesar disso, são muitos os jovens que todos os anos se matriculam em cursos de licenciatura cientes que terão pela frente uma vida de muito sacrifício, mas também, com muito retorno da parte dos seus alunos. Pertencemos a uma profissão cuja importância social é do conhecimento de todos. Basta perguntar a um amigo quais são as cinco pessoas mais importantes da sua vida. Muito provavelmente, entre elas, haverá um professor.

Mas isso não significa que a docência é uma missão ou vocação, como insistem alguns. É uma profissão cuja formação deve se dar mediante cursos superiores de excelente nível, currículos bem pensados e adequadamente planejados conforme a região e o público atendido. A formação de professores não pode prescindir do acesso aos conhecimentos científicos, à pesquisa e à prática. A formação docente jamais termina, precisa seguir paralelamente ao exercício da profissão. O professor precisa ser bem remunerado para que não tenha que trabalhar três períodos, saltar de escola em escola e abrir mão dos seus momentos de lazer para dedicar-se ao trabalho ou à formação contínua.

O professor precisa ser efetivo, dispor de liberdade para experimentar e participar da gestão democrática da instituição onde atua. O professor precisa ler, ir ao cinema, teatro, acessar à internet e desfrutar de boas condições de trabalho. A ausência de bibliotecas, laboratórios, espaços para vivências corporais, anfiteatro, refeitório, salas de aula com conexão à rede mundial de computadores é uma ofensa aos professores e à população. Se o Estado assumir a sua parcela de responsabilidade nessa questão e buscar incessantemente,



mediante políticas bem elaboradas, sanar os problemas existentes, veremos diminuir o absenteísmo e a falta de atratividade que, infelizmente, atinge a profissão.

## **RIFP: Como as TIC têm impactado na prática docente dos professores? E qual o papel da formação inicial e continuada perante essa ferramenta?**

**Pesquisador:** Pertencço àquela geração de professores que presenciou à expansão das novas TIC na sociedade e ao seu ingresso sem volta na escola. Meus professores dispunham de quadro negro, giz e *flipchart*, quando muito, usavam atividades mimeografadas. Deparei-me com o retroprojetor ao ingressar na universidade. Hoje as coisas mudaram. Acompanhando o que hoje acontece nas escolas, constato professores fazendo um bom uso de computadores, blogs, sites, redes sociais, smartphones, tablets, lousas digitais etc. Para além do domínio das ferramentas, o professor precisa formar os alunos para analisar criticamente a avalanche de informações que acessam diariamente.

Não há como negar que qualquer tema abordado em sala de aula é perpassado por discursos e saberes oriundos de fontes diversas que podem ter sido acessados pelos alunos pelas novas TIC. Alguns deles, inclusive, disponíveis somente nas plataformas virtuais. Ademais, há quem defenda a existência de uma cultura midiática, digital ou virtual. O que torna preciso problematizá-la como qualquer outra prática cultural.

Ora, se a aprendizagem for entendida como a melhoria capacidade de interpretar signos, é inconcebível realizar a tarefa educativa de maneira alheada. Muito pelo contrário, trata-se de uma obrigação fazê-lo. O que não significa simplesmente utilizar os recursos tecnológicos atualmente disponíveis no lugar do quadro negro ou da televisão, mas sim promover atividades em que o conteúdo disponível, a forma de acessá-lo, a sistemática de edição, os recursos empregados, a linguagem utilizada etc. sejam eles próprios transformados em objetos de estudo.

Todavia, não podemos esperar que professores e professoras cujo contato com as TIC é meramente instrumental coloquem se transformem do dia para a noite e coloquem em ação o que se está a defender. Considerando o atual estágio da produção de conhecimentos sobre o assunto, é urgente que os currículos dos cursos de formação inicial e continuada incorporem essa temática com base nas pesquisas realizadas. Caso contrário, corre-se o risco de perpetuar uma pedagogia tecnicista que pouco contribui para a leitura do mundo.



**RIFP: O professor sempre teve uma relação próxima com pesquisadores portugueses. Em sua opinião quais são as características comuns e diferenças na formação docente dos dois países?**

**Pesquisador:** Entre 2005 e 2010 compusemos um grupo de professores da Faculdade de Educação da USP que participou de um convênio com a Universidade do Minho, na cidade de Braga, em Portugal. Entre outras atividades, tivemos a oportunidade de permanecer na instituição parceira durante um longo período realizando pesquisas, compartilhando a responsabilidade por disciplinas na graduação e pós-graduação e, principalmente, trabalhando em um projeto de intervenção em duas escolas públicas que atendiam a grupos minoritários.

A formação de professores em Portugal apresenta algumas diferenças com relação àquela ofertada no Brasil. Os que atuarão na Educação Infantil e no primeiro ciclo do que equivale ao nosso Ensino Fundamental frequentam cursos específicos de três anos, mais dois anos de mestrado. Majoritariamente exigem dedicação integral e a inserção na escola para realização de estágios acontece desde o primeiro ano. Como as turmas, via de regra, não são muito numerosas, todos os estudantes discutem o que observam e as atividades que realizam com o seu orientador, enquanto os professores das escolas também se reúnem na universidade para programar as ações conjuntamente. Com o passar dos anos, a carga de estágios aumenta. Outra distinção importante é que esses cursos se destinam exclusivamente à formação de professores, pois, o especialista em educação, que assumirá funções de gestor frequenta outro curso.

Já a formação de professores para atuar junto às turmas equivalentes aos nossos anos finais do ensino fundamental ou ensino médio segue um modelo bem semelhante ao nosso. Os currículos reservam a maior parte da carga horária aos chamados conteúdos específicos, em detrimento dos saberes pedagógicos. Como o título de mestre é exigência para assumir funções docentes na Educação Básica, comumente, a formação pedagógica acaba ficando relegada a essa etapa.

Em termos gerais, os conhecimentos abordados nos currículos brasileiros e portugueses têm muita similaridade. Por outro lado, em termos metodológicos, são duas realidades completamente distintas. Na nossa observação, o modelo universitário jesuítico (transmissão de conhecimentos acadêmicos) segue muito presente, enquanto por aqui as

influências francesa (profissionalizante) e alemã (voltada para a pesquisa) se fazem sentir. Evidentemente, a variedade de instituições existentes nos dois países (institutos, universidades, centros universitários e faculdades isoladas) inviabiliza qualquer generalização das impressões acima.

## **RIFP: Qual o foco de suas pesquisas atualmente?**

**Pesquisador:** Temos investigado a prática pedagógica da Educação Física na sua vertente cultural há algum tempo. Nessa concepção, a função do componente é formar pessoas que possam analisar as práticas corporais disponíveis na sociedade e reconstruí-las criticamente. Para tanto, apoia-se nas chamadas teorias pós-críticas (pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, estudos culturais, multiculturalismo etc.). Recentemente, concluímos um estudo com o apoio do CNPq em que buscamos identificar os princípios curriculares e os procedimentos didáticos adotados pelos docentes que afirmam colocar a proposta em prática.

No estudo anterior, analisamos o modo como os sujeitos que experimentam o currículo cultural significam as práticas corporais e seus representantes. Essas pesquisas se inserem num conjunto maior de trabalhos que se debruçam sobre diferentes facetas da proposta.

Uma outra linha de investigação em desenvolvimento abrange os currículos dos cursos que formam professores de Educação Física. Partindo também das teorias pós-críticas, nos interessa analisar como as experiências formativas proporcionadas subjetivam os docentes e discentes. Vários estudos já foram realizados com esse objeto e outros tantos encontram-se em andamento.

## **RIFP: Quais as perspectivas futuras na formação de professores?**

**Pesquisador:** Inversamente ao que sugerem algumas políticas em voga, pensamos que a formação de professores não pode atrelar-se a uma proposta curricular uniforme, ao desempenho nas avaliações padronizadas, nem tampouco aos ditames neoliberais. Qualquer discussão ou iniciativa voltada para a formação de professores não pode acontecer sem a participação de duas instâncias: os profissionais que atuam nas escolas e os que trabalham nos cursos de formação. Precisamos reconhecer a importância dessa parceria e fortalecer os laços que unem essas duas instâncias.



É primordial que o cotidiano escolar seja simultaneamente objeto de estudo e contexto de formação dos atuais e futuros professores. Para tanto, a universidade tem que se aproximar da escola, atentar ao que acontece no seu interior e, principalmente, identificar os projetos e pontos de vistas dos sujeitos da educação. Os currículos das licenciaturas e dos cursos de formação continuada têm que ser retroalimentados pelos conhecimentos produzidos a partir das pesquisas sobre o ethos educacional. O estágio, por sua vez, deve ser redimensionado, de forma a perder a pecha de simples burocracia para a universidade, incômodo para os profissionais da escola e atividade sem sentido na visão dos estudantes.

A precarização do trabalho docente no Ensino Superior também precisa ser combatida. Não podemos esperar que alguém que assume várias disciplinas em duas ou mais instituições, não tem tempo para estudar, não pesquisa, enfrenta turmas lotadas, é obrigado a preparar os estudantes para o ENADE, entre outras mazelas, forme bons professores. É preciso reconhecer que muitas instituições não disponibilizam as condições mínimas necessárias para que o professor que forma professores realize satisfatoriamente a sua tarefa.

Diante do cenário atual, essa situação só tende a piorar. As megacorporações abocanharam uma parcela significativa das IES privadas, promoveram demissões em massa, contrataram professores sem qualificação adequada, apostilaram cursos, reduziram a carga presencial ao mínimo obrigatório, fundiram as turmas, enfim, transformaram a formação de professores em um negócio altamente lucrativo.

O mesmo vírus contaminou a formação continuada. Os chamados “sistemas de ensino” padronizaram currículos e elaboraram materiais didáticos com vistas à comercializá-los junto às redes estaduais e municipais, cujos responsáveis nem sempre são bem intencionados. Na maioria dos casos, o pacote inclui ações formativas, onde, via de regra, os professores são treinados para colocar em prática a concepção adquirida pelo gestor da ocasião. Nas próximas eleições, com a mudança do grupo político que estará poder, os interesses serão outros e as empresas beneficiadas também. Um novo material será adquirido e os professores terão que ser “capacitados” para utilizá-lo. O clientelismo instalado em algumas secretarias de educação dizimou os setores pedagógicos constituídos por profissionais da própria rede que pensavam propostas e debatiam-nas junto aos seus colegas.



Esse lugar foi ocupado por representantes das empresas sem nenhum compromisso com a escola pública, nem tampouco com o alunado. Estão ali para vender seus produtos e multiplicar os lucros.

Inúmeros estudos indicam a falência pedagógica desse modelo. Uma rede de ensino que se preocupa e confia nos seus professores, não precisa terceirizar o serviço. Pode conceber e implementar políticas de formação continuada pensadas coletivamente e atentas às características das comunidades locais. A decisão sobre o uso ou não de apostilas, softwares, fichas e demais materiais pedagógicos deve ser tomada no interior das escolas, a partir de um projeto pedagógico construído com a participação de todos. Nem sempre duas escolas situadas no mesmo bairro possuem demandas idênticas. Os profissionais que nelas trabalham também são diferentes. Logo, não há como pensar em ações formativas estandardizadas. As pessoas precisam ser ouvidas, as diferentes realidades conhecidas para que suas necessidades específicas sejam atendidas.